

Zero-a-Seis *a6*


PEDAGOGIA E INFÂNCIAS: UM ESTADO DE ALERTA Pedagogy and childhood: a state of alert

Wilma **RIGOLON**

Professora aposentada pela UNISANT'ANNA e PMSP

São Paulo, Brasil

wilma.rigolon@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7917-3814> 



BARREIRO, Alex; CAVALCANTE, Nélia Aparecida da Silva; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.) **Pesquisas e pedagogias: educação para as diferenças**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

RESUMO

A presente resenha tem por objetivo tecer comentários acerca do livro *Pesquisas e Pedagogia: Educação para as diferenças*, organizado por Alex Barreiro, Nélia Aparecida da Silva Cavalcante e Ana Lúcia Goulart de Faria. A obra apresenta catorze capítulos escritos por pesquisadores, pesquisadoras, professores e professoras que têm como objetivo evidenciar a premência de estudos no tocante à Infância, sobretudo no âmbito de uma educação de qualidade, respeitando as diversidades e que seja decolonial. A união de ciência e pesquisa é primordial para que as desigualdades presentes na realidade brasileira sejam ceifadas. Não se pode perder de vista que só com uma mudança radical no sistema educacional a Educação poderá cumprir de fato e de direito seu papel social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Pesquisa. Desigualdades.

ABSTRACT

The purpose of this review is to comment about the book *Research and Pedagogy: Education for differences*. The work was organized by Alex Barreiro, Nélia Aparecida da Silva Cavalcante and Ana Lúcia Goulart de Faria. It presents fourteen articles by researchers and male and female teachers, who aim to highlight the urgency of studies with respect to childhood education, especially in the context of quality education, taking into account the diversity and that is decolonial. The combination of science and research is essential for the inequalities present in the Brazilian reality to be mowed. It cannot be lost sight of that only with a radical change in the educational system can Education fulfill its social role in fact and in law.

KEYWORDS: Childhood Education. Research. Inequalities.

RESENHA

O livro **Pesquisas e pedagogias: educação para as diferenças**, organizado por Alex Barreiro, Nélia Aparecida da Silva Cavalcante e Ana Lúcia Goulart de Faria, apresenta catorze capítulos escritos por pesquisadores e pesquisadoras de Universidades públicas e privadas brasileiras, a Universidade do Cabo Verde e a Universidade do Minho, em Portugal. A proposta da obra é discutir temas prementes para a educação brasileira, com ênfase em Infância, Educação Infantil, políticas públicas, raça, etnia, corporalidade e contribuições afro-lusitanas na Educação, tendo como aportes teóricos a Sociologia da Infância e a Pedagogia da Infância com abordagem nas Ciências Sociais. Cabe ressaltar que este livro venceu o Edital público do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp (PPGE), com a verba PROAP-CAPES, a quem as autoras/es agradecem imensamente a oportunidade de discussão das respectivas ideias e utopias.

A partir da leitura de uma obra assaz consistente, fica evidente que o foco dos articulistas se debruça em pensar a educação não centrada no viés da neutralidade e da regularidade. Mas levando em conta marcadores sociais das diferenças, visando à interlocução da educação das crianças em todas as etapas com a conjuntura política, histórica, cultural e social brasileira hodierna.

O título da obra já convida leitores e leitoras a adentrarem o universo das pesquisas atuais concernentes à Pedagogia, centrando-se num subtema basilar na sociedade brasileira: a educação para as diferenças.

O livro é precedido por um Prefácio, de autoria de Lisete Regina Gomes Arelaro, que instiga a comprá-lo imediatamente e mergulhar em sua leitura; segundo Lisete, “[...] corra para adquiri-lo e lê-lo, pois ele poderá ser proibido. Você aprenderá e se inspirará muito com ele!” (p. 16).

Depois desse convite irrecusável, os leitores e as leitoras se deliciam com uma Apresentação elaborada por Alex Barreiro, Nélia Aparecida da Silva Cavalcante e Ana Lúcia Goulart de Faria, pesquisador/professor e pesquisadoras/professoras do GEPEDISC- Culturas Infantis da FE/UNICAMP, cujas trajetórias, no âmbito da Educação, com ênfase na Infância e na Educação Infantil, são reconhecidas internacionalmente. Com precisão, comentam as propostas de cada autor e autora; como anunciado pelo organizador e pelas organizadoras, os textos contemplados na obra buscam, dentre outros propósitos, propiciar discussões a respeito da Infância e da Educação Infantil como um espaço de disputa política.

Os capítulos elencados na obra estão agrupados por temas e divididos em quatro partes.

A PARTE I, *Pensando Infância, raça e etnia*, apresenta o tema das questões étnico-raciais, abordadas em três capítulos.

No primeiro, “A construção de uma pedagogia antirracista como estratégia revolucionária”, Carolina Santos Barroso de Pinho propõe uma discussão a respeito da pedagogia antirracista como uma estratégia para a transformação social e a elevação do padrão cultural de grupos oprimidos. A relação entre Capitalismo e Racismo é equacionada, pela autora, a partir de dados estatísticos, comprovando a disparidade entre o avanço da tecnologia e o atraso no que concerne ao acesso de todos e de todas principalmente à alimentação e à educação de qualidade. A partir de estudos de Angela Davis, bell hooks, Demerval Saviani, Paulo Freire, Carolina Pinho propõe a implementação de uma pedagogia antirracista, no intuito de desconstruir o mito da “democracia racial e construir uma educação para as relações étnico-raciais”. É urgente haver uma transformação social, uma mudança radical no relacionamento humano com a natureza. E o papel da Educação é imprescindível no combate ao racismo dentro e fora da sala de aula. Uma pedagogia antirracista contempla o conceito social de raça e a Educação é o caminho que conduzirá à promoção do ser humano, levando em conta a dialética das desigualdades sociais. Os seres humanos e a natureza estão sendo destruídos e a luta contra esse caos social é de responsabilidade de toda a sociedade.

No segundo capítulo, “Culturas infantis em terreiros de candomblé: um universo arlequinal na pauliceia desvairada”, o Babalorixá Antônio Paulino de Andrade e Ellen

Gonzaga Lima Souza concebem, a partir da obra de Mário de Andrade, uma proposta de diálogo com as produções de culturas infantis em terreiros de candomblé. O autor e a autora afirmam a necessidade de pensar **com** as crianças, a partir de fragmentos de reflexões que reconheçam as infâncias como estados e sua natureza plural em losangos arlequinais, permeados pela “lógica exúlica e pela pedagogia macunaímica”, reconhecendo a criança em sua inteireza. E ainda ao encontro da obra andradina, reconhecem a existência dos orixás, forças míticas ancestrais africanas, na Pauliceia Desvairada. Caminhando pela cidade de São Paulo, mostram a presença dessas entidades; por exemplo, “forjada por Ogum, presente em sua força e em seu pioneirismo, “sangue, amor e poder”, na qual a fartura de Oxóssi impera (embora desigualmente distribuída) [...]”. (p.49). Segundo o babalorixá e Ellen Lima Souza, é imprescindível compreender como as crianças produzem cultura em espaços de resistência. Numa linguagem clara e coerente, são explicitados alguns conceitos e rituais do candomblé, demonstrando que, nessa cultura afro, é a densidade das crianças que conduz a comunidade.

No terceiro capítulo, “As crianças no movimento Hip Hop: participação de mulheres-representatividade e (re)existências”, a pesquisadora Mariana Semião de Lima, a partir dos resultados de sua Dissertação de Mestrado, discute a participação de mulheres no território predominantemente masculino do Rap. A autora delimita sua análise às cidades de São Paulo e Campinas. Inicialmente, apresenta um panorama do surgimento desse gênero musical, culminando com a participação de MC Soffia que, aos seis anos, descobriu o desejo de cantar Rap e começou a compor canções com temas a respeito de racismo, machismo e autoaceitação. Na sequência, a pesquisadora discute com consistência a representatividade feminina e o empoderamento, tocando em questões como o protagonismo de mulheres em diferentes espaços, o movimento Hip Hop e a luta antissexista. Conclui asseverando que as letras das canções de rap permitem elaborar um processo político-pedagógico que mostra as mulheres e as infâncias, diversas nas vivências raciais, sociais, de gênero e classe, dando visibilidade a sujeitos que são invisibilizados em sua discriminação e subalternidade.

A PARTE II, *Infância e corporalidade*, apresenta três capítulos, permeados pelo tema da infância.

No primeiro, “Infância Yudjá e a Educação em um mundo vivo: pensamentos em torno do filme *Waapa*”, Alik Wunder destaca, a partir do filme *Waapa*, a infância Yudjá, apresentando conceitos e práticas indígenas. A autora realiza pesquisas a respeito de produções literárias e audiovisuais, sobretudo de artistas indígenas. Tendo como

pressuposto a teoria de Giles Deleuze, em que “uma força de instabilidade em que o fora se torna dentro e o dentro se torna fora” (p. 74), não se pode furtar a uma visão unilateral do pensamento ocidental. Deve-se conhecer e apresentar as lógicas de pensamentos de distintos povos que formam a nação brasileira. Os Yudjá são povos indígenas amazônicos que, a despeito do genocídio dos indígenas no país, sobreviveram e mantêm ainda suas tradições. O filme *Waapa* foi lançado em 2017, com direção de Renata Meirelles, David Reeks e Paula Mendonça, juntamente com Yabaiwá Juruna. Foi filmado na aldeia Tuba Tuba, no Parque Nacional do Xingu-MT. Alik Wunder enfatiza a necessidade de mostrar a cultura autóctone, em detrimento de uma cultura europeizada, muito distante da realidade social atual.

O segundo capítulo, intitulado “Infâncias, Educação e Resistências: pensando os corpos infantis e suas multiplicidades”, tem como autoras Isabella Brunini Simões Padula e Vivian Colella Esteves, que destacam o impacto das relações de gênero, raça, classe e idade na experiência das crianças na Educação Infantil. A partir dos estudos das infâncias em interlocução com as teorias de gênero, discutem como os diferentes corpos, sobretudo os não estereotipados, ainda resistem no cotidiano da Educação Infantil. Partindo de uma trajetória histórica no tocante ao conceito de infância e das instituições reguladoras do corpo, as autoras comprovam, a partir de pesquisas de Finco, Butler, Louro e outras, que as crianças pequenas, mesmo na creche, resistem aos estereótipos socialmente demarcados, podendo e devendo transgredir as fronteiras entre submissão e agência, ressignificando as informações recebidas. Concluem corroborando sua proposta com os aportes teóricos da Pedagogia *Queer*, estratégia de resistência e questionamento que discute os discursos abstratos da diversidade e afirma a não neutralidade dos corpos.

E no terceiro capítulo, cujo título é “Participação das crianças e Educação Física: integrando linguagens e a voz das crianças”, as pesquisadoras Aline Rodrigues Santos, Elisabete dos Santos Freire, Isabel Porto Filgueiras e Thayse Polidoro João balizam a importância da disciplina Educação Física como espaço democrático na escola. A partir da prática pedagógica de Aline Rodrigues Santos, primeira autora do texto, as autoras propõem investigar o ponto de vista e a participação de crianças na elaboração de um projeto didático. Para compreender e discutir com as crianças suas produções, as autoras tiveram como premissa a obra **As cem linguagens da criança**, de Loris Malaguzzi, em que são propostas estratégias de fruição das múltiplas linguagens das crianças, em conjunto com os professores e as professoras, subvertendo a ordem adultocêntrica, ainda tão em voga nas escolas brasileiras. Para a implementação desse

projeto, foram selecionadas vinte e cinco crianças de uma turma de segundo ano do Ensino Fundamental, e a modalidade de pesquisa foi o estudo de caso. O intuito era que as crianças fossem as protagonistas em todas as etapas de discussão e implementação do projeto. O que se buscava era a participação efetiva das crianças, em diálogo permanente, com cooperação e resolução de problemas. Segundo as autoras, “Encararemos esse desafio com o olhar na multiplicidade das ações, como se estivéssemos diante de um caleidoscópio, que sem a interação e o movimento finda-se em apenas uma imagem”. (p. 119). O ineditismo desse projeto é que as crianças passem a ser coprodutoras do currículo, juntamente com os professores e as professoras, e com participação ativa em todos os espaços escolares

Na PARTE III, *Políticas públicas, lutas docentes e educação*, são apresentados seis capítulos.

No primeiro, “A força que ainda move: educação das crianças, carreira docente e movimento de greve em São Paulo”, o professor e pesquisador da Infância Artur Oriel Pereira questiona, a partir da greve dos professores e das professoras da rede municipal de São Paulo, em 2019, como as escolas, famílias, alunos, alunas, professores, professoras e o governo reagiram diante daquela situação. Artur Oriel apresenta análises elucidativas da presença de professores, professoras em assembleias, em reuniões de negociação com o governo, bem como a presença da população nas manifestações. Num movimento circular, direciona sua atenção para a relação que se estabelece entre a educação das crianças, a carreira docente e o movimento de greve. Nessa toada, o autor apresenta quadros detalhados cronologicamente de todas as etapas das assembleias, manifestações e negociações com o governo no período da greve de 2019. Conclui ratificando com precisão que, sem a união de todos e de todas, não se consegue uma mudança. A democracia forja-se na força que move as pessoas para uma luta de participação e de reivindicações trabalhistas.

O segundo capítulo, de autoria de Maria Aparecida Guedes Monção, intitulado “A comunicação cotidiana entre professores e famílias no processo de compartilhamento da educação da criança pequena na Educação Infantil”, enfatiza a ausência de diálogo e de participação entre familiares e educadores e educadoras da Educação Infantil. Inicialmente, a pesquisadora elenca historicamente como ocorreu o processo de mudança nas instituições de Educação Infantil, asseverando que uma política pública para a primeira infância deve se pautar nos direitos das crianças. Para alcançar esse objetivo, faz-se necessário haver um diálogo permanente entre os adultos e as adultas responsáveis por essas crianças e os professores e as professoras da instituição

educacional. A autora, no intuito de corroborar seus pressupostos, ancora-se também na Pedagogia Infantil italiana. Para o cômputo de sua pesquisa, apresenta uma síntese das formas de comunicação identificadas em um CEI previamente selecionado, analisando elementos que dificultam a comunicação cotidiana entre pais, mães e profissionais da educação, sempre visando a uma educação democrática. “A discussão concernente à importância da participação das famílias nas instituições de Educação Infantil deve extrapolar o contexto educacional e somar força com as lutas pela garantia da democracia em nosso país, por melhores condições de vida, extinção das desigualdades sociais e pelos direitos das mulheres à igualdade de oportunidades”. (p. 165).

O terceiro capítulo, “Privatização da Educação Infantil em Campinas e suas implicações no atendimento às crianças pequenas e pequenininhas em creches e pré-escolas campineiras”, de Nélia Aparecida da Silva Cavalcante, explicita o excelente projeto “Naves-Mãe”, desenvolvido em Campinas, para privatização da Educação Infantil, cujo objetivo inicial era suprir a demanda de vagas em creches e pré-escola. A autora divide seu artigo em três partes. Inicialmente, elenca a composição da Educação Infantil em Campinas; num segundo momento, explicita a organização e os princípios que regem o Programa “Naves-Mãe”, juntamente como o processo de parcerias público-privado. E no terceiro momento, apresenta as implicações que o projeto acarreta para a Educação Infantil nas creches e pré-escolas, visando à garantia plena dos direitos das crianças. Após explicações detalhadas referentes à implementação do projeto, inclusive com fotos bem ilustrativas, ressalta que, para haver mudanças, é necessária uma mobilização geral da sociedade, no que tange à qualidade da escola pública. Conclui que o projeto focou mais na garantia do atendimento à demanda de vagas em detrimento da qualidade de educação ofertada às crianças, expressando uma certa despreocupação da prefeitura de Campinas no tocante à qualidade da educação ofertada às crianças e suas famílias.

“Entrelaçando participação infantil às práticas democráticas: um (re)abitar a Educação Infantil” é o quarto capítulo, de autoria de Fabiana Oliveira Canavieira, que destaca a necessidade premente de se discutir o tema da participação infantil. Num primeiro momento, a partir de pressupostos da Sociologia e da Pedagogia da Infância, a autora propõe essa discussão no debate político-democrático, visando a uma discussão mais ampla do que a educacional. Defende que as crianças são capazes de uma ação política consciente e deliberativa, e podem influenciar no contexto social de suas vidas e dos adultos e das adultas à sua volta. No entanto, demonstrando lacunas

nessas teorias, a pesquisadora fundamenta-se nos estudos baseados na Filosofia política e nas Ciências Políticas, no intuito de garantir a defesa plena da cidadania das crianças, bem como defendendo a participação infantil como uma ação política. Partindo de indagações, como “Somos democráticas nas relações cotidianas que incluem as crianças? Como as crianças exercem sua cidadania nos espaços em que atuamos? A respeito do que as crianças deliberam? Quais espaços-tempo garante-se para sua manifestação de opinião, organização coletiva espontânea e para suas formas de negociação?” (p. 187), a autora conclama os leitores e as leitoras ao entrelaçamento de conceitos e práticas democráticas, levando em conta a voz e a escuta das crianças. Conclui com consistência que as Instituições de Educação Infantil podem e devem ser espaços de vivências democráticas cotidianas. Somente assim, as crianças poderão conhecer e vivenciar sua cidadania.

No quinto capítulo, “Por uma Educação Infantil feminista: Pedagogia, política e poéticas da resistência”, Adriana Alves Silva poeticamente abre seu texto com excertos da obra de Clarice Lispector, apresentando uma proposta de Educação Infantil articulando Artes, Ciências Humanas e Ciências Sociais, juntamente com sua experiência vivenciada em creches italianas. A partir do cinema, segundo a autora, é possível pensar e criar possibilidades estéticas e de interlocução da infância com aspectos sociais. E tendo como norte algumas obras clariceanas, deambula na questão da práxis feminina relacionada com a infância. Adriana divide seu texto em três movimentos. No primeiro, denominado *Laços de família: infância e melancolia*, a pesquisadora explica o processo de pesquisa para a elaboração de sua dissertação de mestrado e tese de doutorado. Justifica suas escolhas em relação à linguagem cinematográfica, a partir da tríade arte, ciência e política. No segundo movimento, *Da estética da infância à #noinono.org: pedagogia da maravilha, feminicídio e a luta das mulheres*, comenta a respeito de sua incursão pela Itália, deparando-se com o feminicídio e tomando contato com creches italianas. O terceiro movimento intitula-se *No princípio não era o verbo, sim a ação: #primaveraestáchegando*, e a pesquisadora defende a construção de uma pedagogia feminista, “permeada por poéticas da resistência, comprometida com a emancipação humana” (p.215), visando articular pedagogia, formação e experiência estética. A autora conclui que os movimentos sociais e a Arte contribuem com o desafio de construir poéticas transgressoras da resistência à formação do e da docente que atuará na Educação Infantil.

O sexto capítulo, de autoria de Vanderlete Pereira da Silva, “Diversidade cultural e resistência: as mulheres manauaras e a educação das crianças pequenininhas”,

contribui para o conhecimento de como se dá a educação indígena das mães manauaras, que vivem no Amazonas. Na pesquisa, a autora constata que há falta de creches públicas na cidade de Manaus, que possam atender plenamente a esse público infantil. A seguir, descreve alternativas encontradas por essas mães para educar e cuidar as crianças de 0 a 3 anos. Para tal intento, parte dos estudos decoloniais, sobretudo com as premissas de Aníbal Quijano e o conceito de colonialidade do poder, que dá continuidade ao processo de dominação imperialista. Como percurso metodológico, utilizou pesquisa de campo, entrevistando doze mulheres, entre 20 e 39 anos de idade, mães de crianças de 0 a 3 anos, em um bairro sem nenhuma creche. No entrelaçamento das lutas das mulheres e a educação das crianças pequenas, a pesquisa da autora enfatizou que a ausência de creches a essas crianças acarreta outras transgressões, que colocam a vida das mulheres e das crianças em condições sub-humanas. “Assim, o Estado que não garante o direito à creche às mães, e favorece o trabalho em condições precarizadas, sem carteira assinada, é o mesmo que exige a comprovação na carteira de trabalho, para acessar o direito aos benefícios sociais, enquanto precisa cuidar do bebê recém-nascido. O Estado não ofereceu as condições para que a mãe trabalhe e a penaliza, excluindo-a dos direitos sociais, garantidos às mulheres”. (p. 235).

A PARTE IV, *Contribuições afro (e) lusitanas para se pensar a Educação*, para finalizar tão consistente obra, contempla dois capítulos.

No primeiro, “*Idukason di pikinoti- Trajetória histórica da Educação Pré-Escolar em Cabo Verde*”, a professora Catarina Furtado-Fernandes-Delgado apresenta a trajetória da Educação Infantil em Cabo Verde, ou, como é chamada, nesse país, Educação Pré-Escolar, após 1975, com a independência de Portugal. Por intermédio de uma abordagem metodológica qualitativa, a autora baliza o papel da educação da pequena infância no desenvolvimento intelectual, físico, afetivo e emocional das crianças. Para tal intento, opta por uma análise documental e entrevistas semiestruturadas com sujeitos da sociedade cabo-verdiana. Inicialmente, a autora percorre a trajetória e o desenvolvimento da Educação Pré-Escolar antes e depois da Independência, sempre tendo como base as respostas dos entrevistados e das entrevistadas. A seguir, apresenta a análise e o resultado das entrevistas, explicando detalhadamente cada item respondido. Os itens selecionados pela autora para as perguntas/respostas foram: Constrangimentos no âmbito do pessoal docente; Percurso da Educação; A Educação Pré-Escolar antes da Independência, após a Independência e após a década de 90; Qualidade e importância da Educação Pré-Escolar; As mudanças

significativas na Educação; Qualificação docente; Propostas de melhoria. Conclui ressaltando que a Educação Infantil em Cabo Verde está sistematicamente contornando os desafios, visando a uma “Educação Pré-escolar democrática, pública, gratuita, laica e de qualidade, apostando na formação específica do pessoal docente, na construção e remodelação de jardins de infância autenticamente cabo-verdianos”. (p. 262).

O segundo capítulo, intitulado “Educação e direitos da criança em situação de risco e perigo social: uma análise dos marcos legais para a primeira infância, no Brasil e em Portugal”, de Ana Kátia Alves dos Santos e Fernando Ilídio Ferreira, tem o intento de discutir os direitos da criança em situação de risco e perigo social, a partir dos marcos legais da primeira infância em Portugal e no Brasil. O autor e a autora preconizam o direito a uma Educação Básica de qualidade, que deve permanecer por toda a trajetória escolar e será o alicerce para as gerações futuras. Com a apresentação de dados estatísticos que embasam tal pesquisa, concluem que há muitos avanços buscando a qualidade da educação para e na primeira infância em ambos os países. Acrescentam a importância de tratados, declarações, convenções e outros documentos internacionais, cujo intuito é a preservação de todos os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais que já foram conquistados, sobretudo no que tange aos direitos das crianças e de adolescentes. Apresentam também a trajetória da educação na primeira infância, em Portugal e no Brasil, concluindo que “Ainda que Portugal e Brasil apresentem marcos de significativo valor para a garantia dos direitos infantis, os desafios são muitos e é preciso seguir fortalecendo o debate relativo à ampliação da qualidade da educação da primeira infância, em especial àquelas em risco ou mais carentes; além disso, validá-los como ação cotidiana no contexto da vida social mais ampla”. (p.288).

Finalizando a leitura da obra, fica consubstanciada a sua relevância. Com respaldo em teorias balizadas cientificamente, os pesquisadores e as pesquisadoras propõem reflexões fulcrais para resistir e inovar no tocante à Infância e à Educação Infantil e suas vertentes sociais, históricas, econômicas, éticas e raciais. Não é mais possível se eximir de discussões instigantes e imprescindíveis para que a Educação seja propulsora de mudanças em todos os âmbitos. Os capítulos apresentam denúncias, propostas, análises que podem incomodar a muitas pessoas, mas que não podem ficar restritas à academia. São questões sociais inerentes ao ser humano. E como a Infância é a primeira etapa de entrada no mundo social, deve ser o alicerce do exercício da cidadania, da autonomia, do respeito mútuo e da aceitação da diversidade.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

Pedagogia e infâncias: um estado de alerta

Pedagogy and childhood: a state of alert

Wilma Rigolon

Mestre em letras-português

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- SP

wilma.rigolon@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7917-3814>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua Harmonia, 698-104- Vila Madalena- São Paulo-SP- CEP- 05435000

AGRADECIMENTOS

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: W. Rigolon

Coleta de dados: W. Rigolon

Análise de dados: W. Rigolon

Discussão dos resultados: W. Rigolon

Revisão e aprovação: W. Rigolon

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 24-10-2020 – Aprovado em: 26-11-2020